REQUERIMENTO N°. 27 / 2020

Andradas, 2 de junho de 2020.

À Sua Excelência o senhor
Carlos Roberto da Silva
Presidente da Câmara de Andradas

O Vereador que se subscreve solicita de Vossa Excelência que se oficie à Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de Andradas, solicitando que elabore um estudo sobre a interpretação jurídica do art. 26 da Lei 1.815/2017, tendo em vista o parecer elaborado pela Procuradoria Geral do Município, o qual parece-me equivocado.

Para tanto, requeiro um parecer da procuradoria desta Casa no sentido de dirimir esta dúvida.

Atenciosamente,

Regis Basso Andrade
Vereador